

RELATÓRIO E CONTAS 2003



GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

• Portugal • Alemanha • Espanha • França • Luxemburgo • Reino Unido • Suíça • Argentina • Brasil • Estados Unidos • México • Venezuela • África do Sul • Cabo Verde • Moçambique • S. Tomé e Príncipe • República Popular da China – Hong Kong – Macau • União Indiana • Ilhas Cayman • Timor Lorosae

## Índice

	páginas
Conjuntura Económica Financeira – Internacional	3
Conjuntura Económica Financeira – Nacional	5
Indicadores Gerais	5
Sistema Financeiro	6
Analise da Actividade do Banco	8
O ano em resumo	8
Indicadores	9
Análise comparativa do Balanço	10
Análise comparativa da Dem. Resultados	13
Rácios Prudenciais	15
Organização e Recursos Humanos	16
Informática	17
Recursos Humanos e Estrutura do Pessoal	17
Formação e Acção Social	18
Eventos de carácter sociocultural	19
Balanço a 31 de Dezembro	21
Demonstração de Resultados	22
Órgãos Sociais	23
Estrutura Accionista	24
Proposta de Aplicação dos Resultados	25
Notas Explicativas	26
ANEXOS:	30

## CONJUNTURA ECONOMICO-FINANCEIRA

### CONJUNTURA ECONOMICO-FINANCEIRA

#### 1. Internacional

	PIB			INFLAÇÃO			DESEMPREGO		
	2001	2002	2003	2001	2002	2003	2001	2002	2003
EUA	0,3%	2,5%	2,8%	2,8%	1,6%	2,3%	4,8%	5,8%	6,1%
ZONA EURO	1,6%	0,9%	0,4%	2,6%	2,3%	2,1%	8,0%	8,4%	8,9%
PORTUGAL	1,8%	0,5%	-0,8%	4,4%	3,6%	3,3%	4,1%	5,1%	6,6% *
JAPÃO	-0,1%	0,1%	2,6%	-0,8%	-0,9%	-0,3%	5,0%	5,4%	5,2%

Fonte: Banco de Portugal

\* 3º trimestre

Em 2003 os dados são de acordo com projecções do FMI

Os **EUA** continuam na linha da frente da recuperação económica mundial, nomeadamente no que respeita aos países desenvolvidos, tendo como suporte o aumento do consumo privado, cortes fiscais e taxas de juro baixas, o que se traduz num aumento do rendimento disponível. Sendo assim, a economia norte-americana registou um crescimento económico na ordem dos 2,8% contra 2,5% verificados em 2002. A taxa de desemprego cresceu face a 2002 mantendo-se em 6,1%. Em contrapartida a inflação atingiu 2,3%, 0,7 p.p. acima à de 2002.

Na **Zona Euro**, os principais indicadores demonstram que o crescimento económico se situa abaixo dos níveis previstos. No primeiro semestre de 2003, os níveis de crescimento do PIB permaneceram inalteráveis, essencialmente devido ao fraco comportamento das exportações na sequência da valorização do Euro. Contudo, o segundo semestre testemunhou uma melhoria da performance das economias europeias, confirmadas pelas taxas de crescimento do PIB registadas no terceiro trimestre de 2003. Neste contexto, em Dezembro de 2003 o PIB atingiu 0,4% contra os 0,9% de 2002. A inflação por sua vez reduziu-se para 2,1% face aos 2,3% em 2002. A taxa de desemprego situou-se em 8,9%, 0,5 p.p. acima da de 2002.

A economia **Portuguesa** continuou a demonstrar sinais de fraqueza ao longo do segundo semestre de 2003, o que fez baixar as estimativas de crescimento do PIB tanto para o ano 2003 como para 2004. De acordo com o Banco de Portugal, em 2003 a quebra do PIB situou-se em 0,8 por cento em termos reais, contra um crescimento positivo de 0,4% verificado no ano anterior, valor abaixo da média da União Europeia. A evolução negativa da actividade económica deveu-se a uma quebra pronunciada da procura interna. Em 2003, a inflação situou-se nos 3,3%, contra 3,6% registados em 2002. A diminuição das tensões inflacionistas resultou, por um lado, do significativo arrefecimento da procura interna e, por outro, da apreciação cambial do euro face às principais divisas mundiais.

A economia **Japonesa** verificou uma aceleração da actividade económica para a qual contribui, em grande medida, o significativo incremento das exportações, em reflexo da expansão da procura mundial. No que respeita à evolução dos preços, continuou a verificar-se uma ligeira deflação, tendo o IPC descido para -0,3%.

Nos países mais pobres, especialmente em **África** espera-se que o crescimento do PIB em 2003 atinja os 3,2%, um valor um pouco superior aos 3% de 2002. Em termos gerais verifica-se algumas melhorias na gestão macroeconómica e na resolução de conflitos regionais, mas o crescimento em África continua muito dependente das tendências globais. Verifica-se no entanto um maior interesse dos EUA neste continente, o que poderá vir a concretizar-se em maiores investimentos, nomeadamente no sector privado.

## Nacional

### – Dados Gerais

RÚBRICAS	UNIDADES	2001	2002	Prev.	Esti.
				2003	2004
PIB Real	Variação	3,5	4,6	5,0	5,0
PIB Nominal	Milhões Contos	70,50	74,25	79,73	87,50
Cambio Médio Anual	USD/CVE	123,20	117,30	97,80	
Inflação	Média Anual	3,7	1,8	1,2	2,0
Défice da BTC/PIB	%	-10,30	-11,20	-8,10	*
Desemprego	%	19,10	16,20	16,70	**
Massa Monetária	Milhões Contos	45,80	52,13	55,78	
Massa Monetária	V.anual %	9,90	14,30	7,00	7,00
Reservas Cambiais	Meses de Importação	1,60	2,10	2,00	2,40
Crédito Interno Total	Variação	7,00	13,90	5,50	6,63
Crédito SPA	Variação	-0,60	15,00	-4,70	0,00
Crédito à Economia	Variação	15,10	12,90	15,40	12,01

Fonte: BCV

\* Dados até ao 3º trimestre

\*\* Dados do 1º trimestre

A economia Cabo-verdiana registou em 2003 uma melhoria nos principais indicadores económicos, nomeadamente PIB e inflação.

O Produto Interno Bruto - PIB cresceu 5 por cento, mais 0,4 p.p. face a 2002.

A inflação média manteve-se praticamente inalterada ao longo do 1º semestre de 2003, entre 1,8 e 1,9 por cento. A partir de Julho e até Outubro sofreu um ligeiro agravamento fixando-se em 2 por cento no final de Outubro. Em Novembro inverte-se a tendência e fixa-se em 1,6 por cento, para em Dezembro atingir 1,2 por cento.

A taxa de desemprego atingiu 16,7 por cento no terceiro trimestre, 0,5 p.p. acima dos 16,2 por cento registados em 2002.

No tocante à Política Cambial e dada a paridade fixa entre CVE/EURO, como consequência do Acordo de Convertibilidade assinado entre os governos de Cabo Verde e Portugal que fixou a

paridade CVE/PTE, a taxa de câmbio efectiva nominal registou algumas oscilações, reflectindo as variações do Euro em relação ao dólar, tendo o câmbio USD/CVE passado de 117,3 em finais de 2002 para 97,8 em Dezembro de 2003.

As reservas, em meses de importação, atingiram em Dezembro o equivalente a 2 meses, 0,1 pontos abaixo do registado em 2002 e 0,2 p.p. abaixo da previsão de BCV (2,2). Espera-se no entanto que em 2004 atinja 2,4 meses.

De acordo com projecções do Banco de Cabo Verde, o Crédito interno líquido deverá atingir no final de Dezembro de 2003 os 52.505 milhões de escudos contra os 49.773 milhões de escudos de 2002, apresentando assim uma taxa de crescimento positiva de 5,5%, explicada sobretudo pelo acréscimo que se prevê no Crédito à Economia de 15,4%. Enquanto que a previsão para o Crédito ao Sector Público Administrativo será de um decréscimo de - 4,7%. Em termos absolutos o crédito ao sector público administrativo passará de 24.668 milhões de escudos em 2002 para 23.498 milhões de escudos em Dezembro 2003, enquanto o Crédito à Economia aumentará de 25.099 milhões de escudos para 28.970 milhões de escudos.

A Massa Monetária apresentará um acréscimo de 7%. Em termos absolutos, cifrará em 55,8 milhões de contos em Dezembro de 2003 contra os 52,1 milhões de contos em Dezembro de 2002, devido essencialmente ao acréscimo significativo nos depósitos de emigrantes<sup>1</sup> (19.951 em Dezembro de 2003 fase a 16.909 milhões escudos de Dezembro de 2002).

## 2.2 Sistema Financeiro

A actividade bancária durante o ano de 2003 desenvolveu-se num contexto macro-económico caracterizado pelo seguinte quadro:

- política monetária orientada para a manutenção da paridade do escudo CVE ao EUR ;
- política fiscal restritiva ;
- baixa taxa de inflação ;
- relançamento do processo de privatização e de liquidação de Empresas Públicas ;

È de realçar as seguintes legislações publicadas em 2003 que marcaram a actividade bancária:

- Decreto-Lei nº 9/2003 de 7 de Abril que regula as actividades das sociedades financeiras para aquisições a crédito (SFAC).
- Lei nº 21/VI/2003 de 14 de Julho, que regulamenta o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).
- A resolução nº 172003 de 11 de Agosto altera os preços de venda ao consumidor final da gasolina, gasóleo e gás butano.
- Decreto-Lei nº 24/2003 de 25 de Agosto que revê o regime jurídico das Agências de Câmbio.
- Decreto-Lei nº 26/2003 de 25 de Agosto que cria a Agência de Regulação Económica, que tem como missão ocupar-se exclusivamente da regulação económica, ou seja, das condições de funcionamento do mercado no que respeita

à energia, água, telecomunicações, transportes colectivos urbanos de passageiros e transportes marítimos de passageiros.

- Decreto-Lei nº 39/2003, de 20 de Outubro que altera o Plano Nacional de Contabilidade, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/84 de 30 de Janeiro.
- Decreto-Lei nº 45/2003 de 10 de Novembro que altera o nº 2 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 53/95 de 26 de Setembro, referente a bonificações em contas de emigrantes.

De referir nesta área que o Banco de Cabo Verde publicou um conjunto de Avisos e Deliberações das quais destacamos pela sua importância para a rentabilidade do Banco as deliberações do Conselho de Administração do Banco de Cabo Verde, relativas ao à redução da taxa de absorção de liquidez e ao aumento das reservas mínimas de caixa:

- Deliberação de 05 de Setembro, que mantém a taxa de juro aplicável à facilidade de cedência de liquidez nos 8,5% e que **reduz a taxa de juro aplicável à facilidade permanente de depósito em 1,25 pontos percentuais, passando para 1,0%**, com efeitos a partir do próximo período de constituição de reservas mínimas de caixa a seguir a 5 de Setembro.
- Aviso n.º1/2003 de 22 de Setembro, relacionado com os contratos de locação financeira.
- Aviso nº 2/2003 de 22 de Setembro, que define as condições gerais e especiais do seguro de doença.
- Aviso n.º3/2003 de 13 de Outubro, que fixa as condições que as Agências de Câmbio deverão respeitar a fim de poderem efectuar transferências de dinheiro de e para o exterior.
- Deliberação de 17 de Outubro, **que aumenta o coeficiente das reservas mínimas de caixa de 18% para 19%**, a partir do período de constituição de reservas com início a 26 de Outubro de 2003.

È de realçar também no exercício anterior a baixa do imposto sobre o lucro de 35% para 30% conforme o Orçamento Geral do Estado aprovado para o ano 2003.

No que se refere ao mercado da dívida pública, marcado pela diminuição das necessidades de financiamento do Estado junto do sistema bancário, registou-se a partir do segundo trimestre de 2002, reduções substanciais nas taxas de colocação dos Bilhetes de Tesouro até conhecer uma inversão em Outubro de 2003, consequência da secagem da liquidez do Sistema pelo aumento das reservas mínimas de caixa. De referir que a taxa de colocação a 3 meses que atingiu valores à volta dos 7.5% (média dos BT's colocados em Dezembro de 2003), quando nos meses anteriores se situava pelos 5,5%.

Taxas	Setembro 2003	A partir de Setembro 2003
Redesconto	8.5	8.5
cedência	10	8.5
absorção	4	1,0

Neste quadro o Banco de Cabo Verde deliberou a partir de Setembro do exercício findo, baixa da taxa de absorção de 4% para 1%.

### 3. ANÁLISE DA ACTIVIDADE DO BANCO

#### 3.1 O ano em resumo

Em 31 de Dezembro de 2003 o Banco Interatlântico completou quatro anos e meio de existência, com níveis de actividade registando taxas de crescimento homologas bastante significativas. Durante o ano de 2003 salienta-se a maior estabilidade do valor dos depósitos, para a qual deverá ter contribuído o esforço para aumentar o peso dos depósitos a prazo na estrutura de “funding” e por outro lado, o crescimento da carteira de crédito sem um agravamento excessivo dos indicadores de risco.

A actividade do Banco foi orientada para a diversificação das fontes de rendimento através do alargamento da gama de produtos e serviços e da base da sua clientela, caracterizada por uma forte concentração em alguns segmentos do mercado. Assim e nesta linha de actuação, o Banco, no ano findo, compensou a quebra da margem complementar com o aumento da margem de intermediação nas operações de crédito e de aplicações em títulos do tesouro.

Depois da aprovação dos Estatutos do Pessoal e Sistema de Remunerações implementados a partir de Outubro de 2002, o que representou um passo decisivo no Gestão dos Recursos Humanos em particular na motivação dos trabalhadores, merece destaque a concretização da comparticipação dos trabalhadores nos lucros do banco, em função da avaliação de desempenho.

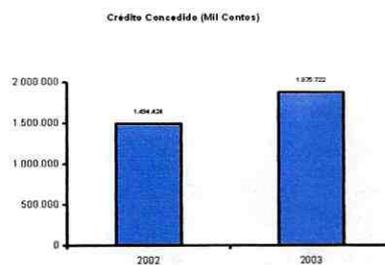
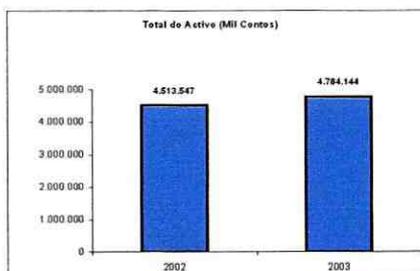
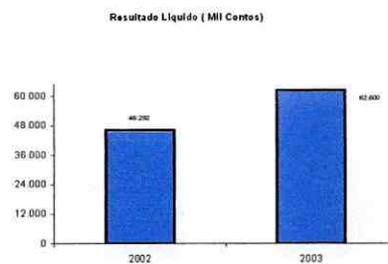
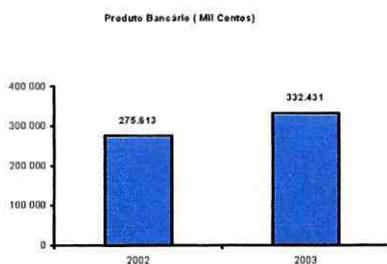
De referir, a alteração na composição do Conselho de Administração ocorrido a partir de Novembro, com a saída do até então presidente da Comissão Executiva Sr. Dr. António Miguel d’Ornelas Afonso e a entrada do Sr. Dr. Júlio Paulo Magalhães Lopes para a mesma função.

Durante o ano de 2003, foi marcante a dinâmica que o Banco Interatlântico imprimiu no mercado secundário de títulos da dívida pública, com a colocação junto dos nossos clientes de 3.551.057 contos de Bilhetes e Obrigações do Tesouro.

As contas do ano transacto revelam um comportamento positivo do Banco Interatlântico que registou, não obstante um quadro de intensa concorrência, um nível de crescimento em todos os indicadores relevantes, quando comparado com igual período do ano anterior.

- Crescimento do Activo Total Liquido, (+6%) quando comparado com exercício anterior.
- Crescimento do Crédito Sobre Clientes (bruto) que se elevou a 1.875.722 contos, o que representa um acréscimo de 381.298 contos e 25,5% , em relação ao ano anterior.
- Aumento do volume global de Depósitos de 6,3%, dos quais se destaca os Depósitos a Prazo com 22,3%.

- Crescimento de 20,6% no Produto Bancário que atingiu os 332.430 contos contra os 275.612 contos de 2002.
- Aumento do Resultado antes Impostos que se fixou nos 90.202 contos ou seja mais 18.209 contos de que igual período do ano anterior registando um crescimento de 25,3%.



**Indicadores em 31 de Dezembro**

Mil CVE

	2002	2003	Δ%
<b>INDICADORES DO BALANÇO</b>			
Activo Liquido	4.513.547	4.784.145	6,00%
Disponibilidades	1.072.177	1.030.897	-3,85%
Aplicações em IC's	489.870	298.641	-39,04%
Créditos S/Cientes	1.494.424	1.875.722	25,51%
Títulos	980.330	1.059.690	8,10%
Imobilizações Financeiras	310.003	310.003	0,00%
Imobilizações Liquidas	205.104	234.584	14,37%
Debitos para C/ IC's	0	42.600	100%
Depósitos de Clientes	3.685.519	3.916.284	6,26%
<b>INDICADORES DE EXPLORAÇÃO</b>			
Produto Bancário	275.613	332.431	20,62%
Cash Flow de Exploração	121.848	163.077	33,84%
Cash Flow Total	171.535	174.934	1,98%
Resultado Antes de Impostos	71.993	90.202	25,29%
Resultado Liquido	46.292	62.600	35,23%
<b>OUTROS INDICADORES</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
Resultado Liquido / Activo	1,03%	1,31%	27,58%
Resultado Liquido / Capitais Próprios	7,07%	9,10%	28,71%
<b>Eficiência</b>			
Margem Complementar/Produto Bancário	40,17%	34,98%	-12,92%
Gastos Funcionamento/Produto Bancário	55,79%	50,94%	-8,69%
<b>Solvabilidade e Transformação</b>			
Capitais Próprios/ Activos	14,50%	14,37%	-0,88%
Rácio de Transformação(Crédito/Dépósitos)	40,55%	47,90%	18,12%
<b>Qualidade dos Activos</b>			
Créditos Vencido/Crédito Total	3,77%	4,72%	24,95%
Provisões Crédito Vencido/Crédito Total	4,52%	5,71%	26,36%
<b>Produtividade e Eficiência</b>			
(Crédito+Depósitos)/nº Empregados	101.568	113.569	11,82%
Nº de Empregados	51	51	0,00%
Nº de Agências	4	4	0,00%
Empregado por Agência	12,75	12,75	0,00%
(Crédito+Depósitos)/nº Agências	1.294.986	1.448.002	11,82%

GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

• Portugal • Alemanha • Espanha • França • Luxemburgo • Reino Unido • Suíça • Bélgica • Brasil • Estados Unidos • México • Venezuela • África do Sul • Cabo Verde • Moçambique • S. Tomé e Príncipe • República Popular da China – Hong Kong - Macau • União Indiana • Ilhas Cayman • Timor Lorosae

### 3.2 Análise comparativa de Balanço

O ano caracterizou-se por um incremento da actividade do Banco Interatlântico tendo o Activo Líquido atingido os 4.784.145 contos, traduzindo um crescimento de 6% em relação ao ano anterior, em grande parte resultado do aumento de:

- Carteira de crédito, (+25,5%);
- Carteira de Títulos de Dívida Pública Interna (8,1%).

Com efeito o Crédito a Clientes (bruto) apresenta uma variação positiva de 25,5% em relação ao final do ano anterior, tendo atingido os 1.875.722 contos e representando 39,2% do Activo Total Líquido.

No tocante aos segmentos do mercado o Saldo do Crédito s/Clientes apresenta a seguinte distribuição:

- Crédito a particulares num total de 1.153.668 contos ou seja 61,5% do Crédito Total ;
- Crédito a Empresas da ordem de 722.054 contos representando 38,5% Crédito Total, conforme o quadro seguinte:

(em contos)

	Até um ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003
<b>Empresas</b>	204.151	140.911	207.582	384.234	168.295	196.909	580.028	722.054
<b>Particulares</b>	89.159	21.298	298.488	372.889	526.748	759.481	914.396	1.153.668
<b>Total</b>	272.599	162.209	506.070	757.123	695.043	956.390	1.494.424	1.875.722

A distribuição do Crédito as Empresas por Ramos de Actividade evidência o crescimento do Sector Terciário e consequentemente o aumento do peso dos Serviços na Carteira de Crédito do Banco.

	Agricult.	Industria	Construção	Comercio	Transporte	Outr.Serviços	Total
<b>2002</b>	0	76.316	25.517	146.922	70.341	268.099	587.195
<b>%</b>	0	13	4	25	12	46	100
<b>2003</b>	0	86.097	20.646	174.479	130.054	310.776	722.052
<b>%</b>	0	12	3	24	18	43	100

O volume de crédito representa uma taxa de transformação média de 47,9%, mais 7,4 p.p. que em Dezembro de 2002. A expansão do crédito foi acompanhada de um aumento do Crédito Vencido que se fixou em 88.461 contos mais 56,8% que em 2002.

Este montante representa cerca de 4,7% do Crédito total, valor que se situa abaixo da média do mercado (aproximadamente 8%). De destacar o grau de provisionamento do Crédito Vencido de cerca de 121%.

A carteira de títulos registou um aumento de 79.360 contos em termos homólogos (+8,1%), que representa cerca de 22,6% do Activo Total quando comparado com os 21,7% em Dezembro 2002 e 28% em 2000.

As aplicações em Títulos atingiram no final do ano um saldo de 1.059.690 contos, das quais 797.190 contos em Bilhetes do Tesouro (75,2%) e 262.500 contos em Obrigações do Tesouro (24,7%) o que comparativamente à carteira de 2002, demonstra um aumento do peso na nossa carteira dos BT's em detrimento das OT's, em virtude da maior repassagem de OT's aos nossos clientes.

A carteira de Depósitos de clientes ascendeu a 3.916.284 contos o que corresponde a um crescimento de 6.3% face a Dezembro de 2002. Em termos de estrutura verificou-se um aumento do peso dos Depósitos a Prazo (DP), que representam 40,2% do Total dos Depósitos e são 32,9% do Activo Total, contar respectivamente 34,9% e 28,5% no final de 2002.

### 3.3 Análise comparativa de Demonstrações de Resultados

O Resultado líquido elevou-se a 62.600 contos valor a que corresponde um Resultado antes de Impostos no montante de 90.202 contos superior em 35,2% ao do ano anterior.

Notas		Dez-02	Dez-03	Dez-03/ Dez02	
				%	Valor
1	<b>Margem Financeira</b>	<b>164.888</b>	<b>216.140</b>	<b>31,08%</b>	<b>51.252</b>
	1.1 Juros e Proveitos Equiparados	247.968	309.558	24,8%	61.590
	1.2 Juros e Custos Equiparados	83.080	93.418	12,4%	10.338
2	<b>Margem Complementar</b>	<b>110.725</b>	<b>116.291</b>	<b>5,0%</b>	<b>5.566</b>
3	<b>Produto Bancário ( 1+2 )</b>	<b>275.613</b>	<b>332.431</b>	<b>20,6%</b>	<b>56.818</b>
4	<b>Custos Administrativos</b>	<b>153.765</b>	<b>169.354</b>	<b>10,1%</b>	<b>15.589</b>
5	<b>Cash-Flow de Exploração ( 3-4 )</b>	<b>121.848</b>	<b>163.077</b>	<b>33,8%</b>	<b>41.229</b>
6	<b>Amortizações do Exercício</b>	<b>45.166</b>	<b>36.951</b>	<b>-11,2%</b>	<b>-8.216</b>
7	<b>Provisões para crédito vencido e outros riscos</b>	<b>54.375</b>	<b>47.781</b>	<b>-12,1%</b>	<b>6.593</b>
8	<b>Resultado de Exploração Líquido ( 5-6-7 )</b>	<b>22.307</b>	<b>78.345</b>	<b>251,2%</b>	<b>56.038</b>
9	<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>49.686</b>	<b>11.857</b>	<b>-76,1%</b>	<b>-37.830</b>
10	<b>Resultado Antes de Impostos ( 8+9 )</b>	<b>71.993</b>	<b>90.202</b>	<b>25,3%</b>	<b>18.209</b>
11	<b>Resultado Líquido</b>	<b>46.292</b>	<b>62.600</b>	<b>35,2%</b>	<b>16.308</b>
12	<b>Cash-Flow Total</b>	<b>171.534</b>	<b>174.934</b>	<b>2,0%</b>	<b>3.400</b>

Os Juros e Proveitos Equiparados registaram um crescimento de 24,8% para o qual contribuíram essencialmente os juros de crédito (+44,6%) influenciados pelo efeito volume visto que as operações de crédito se desenvolveram num ambiente de estabilização das taxas de juros.

È assim que a margem financeira com operações de crédito registou uma taxa de crescimento apreciável, +31% (51 mil contos), reflectindo, em grande medida, o aumento da taxa de transformação de depósitos em crédito.

Influíram negativamente na evolução dos Juros e Proveitos Equiparado as aplicações em Instituições de Crédito que registaram um decréscimo de 64% quando comparado a igual período do ano anterior, tendo representado 2,29% do Produto Bancário contra os 7,7% do ano anterior. Este fenómeno resulta de melhores alternativas de rentabilização dos capitais disponíveis no mercado nacional .

As taxas médias de juros evoluíram da seguinte forma:

(fonte Banco de Cabo Verde)

Período	Dezembro 2001 (%)	Dezembro 2002 (%)	Dezembro 2003 (%)
91 dias	10.88	6.38	7.59
182 dias	10.92	6.48	7.00
364 dias	11.42	6.5	8.34

Não obstante a estabilização das taxas de juros passivas, o custo do *funding* da actividade tem vindo a agravar-se em virtude do aumento do volume dos D.P., sendo que os Juros e Custos Equiparados aumentaram de +12,4% face ao ano findo, evidenciando assim um crescimento inferior ao dos Juros e Proveitos Equiparados, o que contribuiu para um aumento da margem financeira em (+12,4 p.p.).

O crescimento dos custos com os depósitos resulta do aumento do peso da componente a prazo (depósitos a prazo e depósitos de poupança emigrantes).

Detalhando a evolução das principais componentes da margem financeira verificou-se:

- Aumento dos rendimentos da carteira de títulos (+10.462 contos);
- Crescimento dos juros pagos pelos depósitos (+10.338 contos, +12,4%);
- Crescimento de 64.677 contos (+44,6%) dos juros de créditos.

Quanto à margem complementar o seu comportamento contribui para que o Produto Bancário totalizasse 332.420 contos mais 20,6% que o valor alcançado um ano antes.

As comissões recebidas registaram um crescimento negativo de 13,1% (-12.193 contos), fixando-se em 80.834 contos. Esta situação deve-se ao facto de ter havido no ano de 2002 um encaixe assinalável de comissões, originadas por uma operação excepcional de abertura de um crédito documentário de grande volume.

A margem complementar encontra-se positivamente influenciada pelo recebimento em 2002 de 12.693 contos de dividendos referentes as participações em empresas do Grupo (BCA e Garantia).

Assim sendo a margem complementar cresceu 5% ou seja mais 5.565 contos em relação ao ano anterior tendo o seu peso na formação do Produto Bancário diminuído, em virtude do que atrás ficou dito, de 40,2% em 2002 para 35% em 2003.

Os Custos Administrativos aumentaram 10,1% face ao período homólogo evolução esta, justificada essencialmente pelo aumento dos Custos com o Pessoal (+9,5%) que representaram mais de 23,5% do produto bancário.

De referir que os FST cresceram de mais 10,9% ou seja mais 8.945 contos devido sobretudo ao aumento verificado com a facturação da SISP (Sociedade Interbancário de Sistemas de Pagamentos, S.A.).

As amortizações fixaram-se em 36.950 contos evidenciando um decréscimo de 18,2% em relação ao fim do ano 2002.

Estes factores influenciam os Custos Operativos de modo que absorveram em 2003, 62% do Produto Bancário, contra os 72% observado em 2002.

O saldo das Provisões para Crédito Vencido e Outros Riscos, com um total de 47.781 contos, decresceu -12,1% em relação ao ano anterior (54.374 contos em 2002) e representa 14,4% do produto Bancário.

Os resultados extraordinários apresentam um valor de 11.856 contos, o que representa 3,6% do Produto Bancário.

O Resultado antes de Impostos atingiu 90.202 contos, representando um acréscimo de 25,3% face ao ano findo.

O Resultado Líquido cifrou-se em 62.600 contos o que comparativamente ao ano anterior evidencia um aumento de 35%. De assinalar nesta rubrica, o impacto do baixa do Imposto sobre Lucros de 35% para 30% ocorrido em 2003.

### 3.4 Rácios Prudenciais

No domínio da solidez financeira o Banco observou todos os indicadores prudenciais exigidos pelo Banco de Cabo Verde, apresentando para todos os rácios valores acima do mínimo legalmente exigido, destacando-se o ratio de solvabilidade com um valor de 18% claramente acima do mínimo legal exigido (10%).

Com efeito os Capitais Próprios fixaram-se em 687.597 contos, mais 33.146 contos que em igual período do ano findo. Para este facto contribuiu essencialmente o Lucro do Exercício, tendo-se situado o Capital Social em 600.000 contos, valor idêntico ao registado em Dezembro de 2002.

Em relação aos outros rácios prudenciais o Banco registou no fim do ano transacto os seguintes excessos de cobertura/ diferenças em relação aos mínimos legalmente exigidos:

- Cobertura do Imobilizado	+143.011 contos
- Cobertura das Responsabilidades Exigíveis até 90 dias:	+212.906 contos
- Cobertura das Responsabilidades Exigíveis em prazo > 90 dias:	+364.204 contos
- Títulos da Dívida Pública:	+674.326 contos

## 4. Organização e Recursos Humanos

### 4.1 Organização/Canais de distribuição

Em termos organizacional e na linha dos anos anteriores, a estratégia do Banco centrou-se numa contínua adaptação às condições do mercado, cada vez mais concorrencial, com vista a uma diferenciação pela qualidade de serviço prestado e inovação em todas as estruturas do Banco.

Assim sendo o Banco Interatlântico activou meios que se consubstanciaram no seguinte:

- Reforço da função comercial através da qualificação dos técnicos e agentes comerciais.
- Remodelações dos balcões e modernização dos sistemas de informação de gestão e de telecomunicações ;
- Identificação de novos canais de distribuição ;
- Reforço do sistema de controle do crédito vencido
- Desenvolvimento dos Recursos Humanos
- Contenção dos custos operativos.

O BI conduziu em 2003 um conjunto de acções tendentes a aumentar a capacidade de resposta dos balcões e dos serviços centrais com a criação e segmentação dos produtos e suas componentes nas diversas áreas em que o Banco opera.

Por outro lado o Banco efectivou a mudança para o SWIFT Alliance, cuja operação se realizava através do Banco de Cabo Verde, deixado assim o SWIFT do Banco Interatlântico de estar ligado a rede da Caixa Geral de Depósitos.

No que refere a Organização e Métodos prosseguiu-se os esforços de sistematização dos procedimentos e regulamentos internos.

Foram iniciadas no exercício findo algumas acções com vista ao alargamento da rede de balcões.

No que se refere aos novos Canais de Distribuição (Rede 24) verificou-se um crescimento assinalável das transacções, no seguimento da expansão deste meio de pagamento em Cabo Verde.

Na área internacional, a rede de bancos correspondentes foi enriquecida com mais um correspondente nos EUA (BANK OF NEW YORK) o que agilizou as transacções em USD.

## 4.2 Informática

Com a aquisição de um novo AS/400 comum às empresas do Grupo efectivou-se a mudança do Banco para o referido equipamento o que permitiu maiores ganhos a nível da execução de algumas tarefas bem como do processo de fecho dia que passou de hora e meia de duração para um intervalo de tempo inferior a 15 minutos. O equipamento anterior do Banco foi reciclado como máquina de *back-up*.

De referir que no quadro da instalação da nova *release* do BM o Banco introduziu a versão V5R1M0 do Sistema Operativo o que culminou com a instalação em todos os PC's de *Back – Office* do Banco da nova versão do *Client Access*.

Nesta onda de modernização do sistema foi efectuada uma intervenção de fundo em termos informáticos com a mudança de toda a estrutura do *LAN (Local Area Network)* de *Token-ring para Ethernet*, o que implicou também a respectiva mudança de todos os *PC's de back-office* que passaram a usar a tecnologia *TCP/IP (Transmission Control Protocol/Internet Protocol)* para aceder ao *AS/400*.

Foi também criada a *intranet* para todos os utilizadores do Banco, o que facilitou a troca de ficheiros e demais comunicações entre os colaboradores do Banco bem como uma melhor gestão dos custos operativos.

Por forma a acompanhar os projectos de desenvolvimento do *software* bancário, dois coordenadores do Banco participaram no encontro de clientes da *Promosoft* em Portugal

## 4.3 Recursos humanos

Em virtude da aplicação dos Estatutos do Pessoal, em finais de 2002, verificou-se novos casos de progressão em 2003 com a transição de oito trabalhadores para níveis profissionais superiores.

È assim que a implementação dos instrumentos de gestão de carreira integrados nos Estatutos reforçou a coesão dos trabalhadores e a sua motivação pessoal.

Importa realçar a introdução pela primeira vez, no Banco, do Sistema de Avaliação de Desempenho associado à nova política de comparticipação dos trabalhadores nos lucros do Banco.

### 4.3.1 Estrutura do Pessoal

No final do exercício 2003, o Banco Interatlântico registou 51 elementos, sendo 3 em regime de comissão de Serviço no BCA, 2 de licença sem vencimento e 2 em regime de contrato a prazo.

De sublinhar a integração no exercício findo de todos os trabalhadores com contratos a prazo superiores a 1 ano.

Dos 46 trabalhadores no activo, 40 pertencem as estruturas do Banco sedeadas na Praia.

A média de idade dos trabalhadores em 31 de Dezembro de 2003 foi de 32 anos com a maior concentração do pessoal na faixa etária 26 - 30 anos que representa 49 % do total. De registar que apenas 14% do pessoal tem idade maior de que 35 anos o que continua a garantir fortes potencialidades de melhoria da produtividade e rendibilidade do Banco.

O efectivo feminino representa 63% do total face ao 69% do exercício anterior e ao peso de 71% verificado nos últimos três anos.

A nível de habilitações literárias e qualificações profissionais, 31 % têm formação técnica media/superior, 63% concluíram o ensino secundário, e 6% o ensino básico.

Em termos de distribuição regional é de assinalar que dos 51 trabalhadores 8 pertencem a Agência do Mindelo e os restantes à Sede e às Agências da Praia

Na distribuição por Área Funcional verifica-se a seguinte afectação dos recursos:

- 3 nos Serviços de Apoio (6%) ;
- 20 nos Serviços Centrais (39%) ;
- 28 nas Agencias (55%).

Do numero total de efectivos 63% tem mais de 4 anos de antiguidade (de referir que o Banco foi criado em Julho de 1999).

A taxa de rotação a semelhança dos anos anteriores continua elevada conforme o quadro seguinte:

	2001	2002	2003
<b>Admissões</b>	14	11	2
<b>Saídas</b>	9	7	2

#### 4.3.4. Formação

As acções de formação consubstanciaram nas seguintes vertentes:

- participação em actividades de formação desenvolvidas pelas seguintes entidades nacionais :

Banco de Cabo Verde, Associação Comercial de Sotavento, IADE, Universidade Jean Piaget de Cabo Verde,

- participação em actividade de formação no exterior organizadas pelas seguintes instituições:  
CITIBANK, SIDA-KPMG,
- frequência pelos gerentes e responsáveis de serviços centrais de estágios na Sede da Caixa Geral de Depósitos.

- desenvolvimento de acções de formação específicas com a assistência do English Language Institute de Cabo Verde;

Estas acções de formações, que contaram com a participação de 21 colaboradores do Banco, incidiram sobre as seguintes áreas:

- Crédito as PME's e o Risco Bancário
- Técnicas de Secretariado e Atendimento
- Novo Acordo de Basileia e Modernização de Riscos na Banca
- Gestão Financeira
- Finanças para não financeiro
- Gestão de Risco de Crédito
- Gestão de Risco Bancário

De sublinhar a forte impacto dos programas de formação nos rácios de produtividade como segue:

(milhares de contos)

Rácios	2001	2002	2003
Activo Líquido /N.º de Empregados	71.508	88.501	93.807
Empregados/N.º de Agências	13	12,75	12,75

#### 4.3.5 Acção Social

O Banco Interatlântico renovou o contrato de prestação de serviços médicos com uma clínica que oferece aos trabalhadores e agregado familiar todas as especialidades existentes no País, ou seja, Estomatologia, Medicina, Ginecologia, Pediatria, Cirurgia Maxila-Facial, Prótese Dentária, Traumatologia, Cirurgia e Serviços de Enfermagem.

Varias actividades em beneficio dos trabalhadores e familiares foram patrocinadas a través da Associação Cultural e Desportiva do Banco, criada no ano findo.

#### 5. Eventos/Actividades de carácter sociocultural

O Banco Interatlântico continuou em 2003 a apoiar diversas iniciativas promovidas por instituições publicas e privadas, igrejas, associações e ONG nos domínios de desporto, cultura, educação e da promoção social.

Assim o Banco aprovou, durante o ano transacto, 18 operações, no valor de 3.138 contos de que se destacam os apoios: FesQuintal, XVII Congresso da Federação Internacional de Mulheres de Carreira Jurídica, Festival da Gamboa, Festival da Baía das Gatas.

O Banco colaborou ainda no domínio desportivo com apoio à Federação Caboverdiana de Futebol.

As associações socioprofissionais, nomeadamente de Economistas contaram com o apoio do Banco na a implementação dos seus programas de actividades.

Na esfera da solidariedade social, manteve-se o apoio ao Lar da Terra Branca pertencente ao Rotary Clube da Praia e ao projecto denominado “ Operação Carinho” que tem como objectivo o acolhimento de criança de e na rua. Apoiou-se também as crianças carenciadas da Freguesia de São João Baptista uma obra do Sr. Padre Custódio Campos.

As Fundações caboverdianas, Fundação Crianças Caboverdianas e Fundação Infância Feliz, beneficiaram ao longo do ano findo duma assistência financeira do Banco.

De mencionar, no ano findo, a participação do Banco nos seguintes certames nacionais:

- 2º Salão Automóvel de Cabo Verde de 27 a 30 de Março de 2003
- Feira dos Produtos Brasileiros de 7 a 9 de Outubro no Mindelo e
- 7ª Edição da Feira Internacional de Cabo Verde de 3 a 7 de Dezembro de 2003.

**BALANÇO - 31 DEZEMBRO 2003**

ATIVO	2003		PASSIVO	2003
	ATIVO BRUTO	AMORTIZ. PROVISÃO		
1. Caixa e disponibilidades - Bancos Centrais.....	810.329.230		1. Débitos para com as instituições de crédito	42.589.949
2. Disponibilidades à vista s/ instituições de crédito.....	220.568.398		a) À vista.....	0
3. Outros créditos sobre instituições crédito.....	298.641.601	0	b) À prazo ou com pré-aviso.....	42.589.949
4. Créditos sobre clientes.....	1.813.429.366	107.051.279	2. Débitos para com clientes.....	3.917.735.294
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			a) Depósitos de poupança.....	28.903.862
a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos.....	1.059.680.000	0	b) Outros depósitos.....	3.887.380.543
b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	0	0	ba) À vista.....	2.312.466.642
(Dos quais : Obrigações Próprias).....	0	0	bb) À prazo.....	1.574.913.901
6. Acções e outros títulos de rendimento variável.....	0	0	c) Outros débitos.....	1.450.889
7. Participações.....	310.002.998	0	3. Débitos representados por títulos.....	0
8. Partes do capital em empresas coligadas.....	0	0	4. Outros passivos.....	8.984.864
9. Imobilizações incorpóreas.....	188.921.413	105.141.641	5. Contas de regularização.....	71.443.222
10. Imobilizações corpóreas.....	266.963.216	116.159.278	6. Provisões para riscos e encargos.....	28.635.258
(Dos quais : Imóveis de serviço próprio).....	68.518.917	15.618.326	a) Provisões para pensões e encargos similares.....	0
11. Capital subscrito não realizado.....	0	0	b) Outras provisões.....	28.635.258
12. Acções próprias ou partes de capital próprias.....	0	0	SA. Fundo para riscos bancários gerais.....	27.168.752
13. Outros activos.....	92.332.892	0	9. Capital subscrito.....	600.000.000
15. Contas regularização.....	51.618.132	0	11. Reservas.....	24.987.317
16. Prejuízo do exercício.....			12. Reservas de reavaliação.....	0
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>5.112.497.245</b>	<b>328.352.198</b>	13. Resultados transferidos.....	0
			14. Lucro do exercício.....	<b>62.600.390</b>
			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>4.784.145.047</b>

O Responsável da ARC,

*Stanislaus*

A Administração,

*João Pereira*

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 31 DEZEMBRO 2003

DÉBITO		CRÉDITO	
		2003	2003
<b>A. CUSTOS</b>			
1. Juros e custos equiparados.....		93.418.180	309.588.395
2. Comissões.....		11.584.860	92.120.391
3. Prejuízos em operações financeiras.....		2.250.181	12.693.024
4. Gastos gerais administrativos		169.226.675	0
a) Custos com pessoal.....		78.034.102	12.693.024
Dos quais :			0
(salários e vencimentos).....		69.496.741	
(encargos sociais).....		8.327.632	
b) Outros gastos administrativos.....		91.192.572	80.833.951
5. Amortizações do exercício.....		36.950.797	7.544.938
6. Outros custos de exploração.....		4.306.174	
7. Provisões para crédito vencido e para outros riscos.....		105.777.868	57.996.797
8. Provisões para imobilizações financeiras.....		0	0
10. Resultado da actividade corrente.....		0	33.359.616
11. Perdas extraordinárias.....		4.900.218	0
13. Imposto sobre lucros.....		27.601.901	16.757.059
14. Outros impostos.....		126.535	0
15. Lucro do exercício.....		62.600.390	0
<b>TOTAL</b>		518.743.780	518.743.780
<b>B. PROVEITOS</b>			
1. Juros e proveitos equiparados			
Dos quais :			
(de títulos de rendimento fixo).....			
2. Rendimento de títulos			
a) Rendimento de acções, quotas e de outros títulos variável.....			
b) Rendimento de participações.....			
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas.....			
3. Comissões.....			
4. Lucros em operações financeiras.....			
5. Reposições e anulações respeitantes a correções de valor relativas a crédito e provisões p/ passivos eventuais.....			
6. Reposições e anulações respeitantes a correções de valor relativos a mobiliários que tenham caracter de imobilizações financeiras, participações e as partes de capital em empresas coligadas.....			
7. Outros proveitos de exploração.....			
8. Resultado da actividade corrente.....			
9. Ganhos extraordinários.....			
11. Prejuízo de exercício.....			
<b>TOTAL</b>			518.743.780

A Administração,

O Responsável da ARC,

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

## 6. Órgãos Sociais

Em assembleia Geral de 26 de Março de 2002 foram eleitos os Titulares dos Órgãos Sociais para o triénio 2002/2005.

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: David Hoppfer Almada  
Secretário: Francisco Ferreira  
Secretário: Alfredo Eugénio Barbosa Fernandes

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: João Henrique Real Pereira  
Vice-Presidente: Teófilo Figueiredo A. Silva  
Vogal: Júlio Paulo Magalhães Lopes (\*)  
Vogal: António José Nunes  
Vogal: Adalgisa Barbosa Vaz

### CONSELHO FISCAL

Presidente: Daniel Chambel S.H.Fernandes (CGD)  
Vogal: Amadeu João Cruz (SITA)  
Vogal: Flávio Alves Ereio Delgado (AGRIPEC)  
Vogal Suplente: Vitor Lilaia da Silva (CGD)  
Vogal Suplente: José Carlos Vitória Soulé (ALUCAR)

(\*) – Nomeado a 01.11.2003 em substituição do Sr. Dr. António Miguel Ornelas Afonso

## Estrutura Accionista

### BANCO INTERATLÂNTICO, SARL

#### LISTA DE ACCIONISTAS APÓS 30 JUNHO DE 2001

Nome do Accionista	Nº Acções	CVE	% de Capital
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, AS	42.000	420.000.000,00	70,00%
EMPREITEL FIGUEIREDO, SARL	5.795	57.950.000,00	9,66%
SITA, SARL	3.013	30.130.000,00	5,02%
EDMUNDO BARBOSA & Fº, Lda.	2.782	27.820.000,00	4,64%
ADEGA, SARL	2.100	21.000.000,00	3,50%
AGRIPEC, SARL	927	9.270.000,00	1,55%
DAVID HOPFFER ALMADA	695	6.950.000,00	1,16%
JOÃO HIGINO R. SILVA	600	6.000.000,00	1,00%
ALUCAR, SARL	464	4.640.000,00	0,77%
RACAN, Lda.	464	4.640.000,00	0,77%
AGOSTINHO ANTÓNIO LOPES	464	4.640.000,00	0,77%
FRANCISCO FORTUNATO B. AMADO	464	4.640.000,00	0,77%
MÁRIO JORGE MENEZES	232	2.320.000,00	0,39%
	<b>60.000</b>	<b>600.000.000,00</b>	<b>100,00%</b>

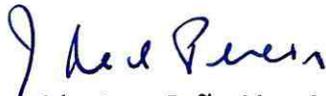
## Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido obtido, no valor de 62.600.390 escudos seja distribuído da seguinte forma:

Reserva Legal (10%)	6.260.039,00
Outras Reservas	26.605.166,00
A distribuir pelos trabalhadores	3.130.019,00
Lucro Líquido a distribuir pelos accionistas:	26.605.166,00

Praia, 20 de Fevereiro de 2004

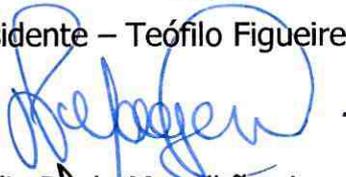
### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Presidente – João Henrique Real Pereira



Vice - Presidente – Teófilo Figueiredo A. Silva



Vogal – Júlio Paulo Magalhães Lopes



Vogal – António José Nunes

Vogal – Adalgisa Barbosa Évora Vaz

## NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2003, estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que estas demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

### 1) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

### 2) Transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio comunicado pelo Banco de Cabo Verde no último dia útil de cada mês. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas como resultados.

### 3) Provisões para riscos de crédito e fundo para riscos bancários gerais

De acordo com o disposto no Aviso nº 9/98, de 10 de Dezembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde, o Banco constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

#### i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos são função crescente do período decorrido após o respectivo vencimento e o facto de estarem ou não cobertos por garantias, conforme apresentado no quadro seguinte:

### Classes de Risco

	I	II	III	IV	V
Com garantia	10%	20%	50%	75%	100%
Sem garantia	25%	50%	75%	85%	100%

As classes de risco são definidas em função dos seguintes períodos após o vencimento:

Classe I	Até 3 meses
Classe II	De 3 a 6 meses
Classe III	De 6 meses a 1 ano
Classe IV	De 1 a 3 anos
Classe V	Mais de 3 anos

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, as provisões para crédito e juros vencidos eram superiores aos níveis mínimos exigidos pelo Banco de Cabo Verde.

#### ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se a fazer face aos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos a clientes que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. De acordo com o Aviso nº 9/98, consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- . As prestações vincendas relativas a operações de crédito em mora em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido de juros vencidos;
- . As prestações vincendas de todos os créditos concedidos a um mesmo cliente, quando o valor global das prestações em mora de capital e juros relativos a esse mesmo cliente represente pelo menos 25% do total das suas dívidas (de capital, juros e outras) para com a instituição.

Os créditos de cobrança duvidosa são provisionados por uma percentagem correspondente a 50% da percentagem média de cobertura por provisões para crédito vencido já constituídas relativamente ao cliente em questão.

iii) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões para riscos e encargos", e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados, assim como a outros riscos resultantes da actividade do Banco.

O montante a provisionar é determinado pela aplicação de uma percentagem de 1,5% ao crédito concedido, incluindo o representado por aceites e garantias prestadas e excluindo o crédito vencido.

iv) Fundo para riscos bancários gerais

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, esta provisão destina-se a fazer face a contingências específicas resultantes da actividade do Banco (Nota 25).

4) Bilhetes do Tesouro

Os Bilhetes do Tesouro encontram-se registados ao valor nominal. A diferença entre este e o custo de aquisição, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos. Os juros antecipados são registados em contas de regularização do passivo, na rubrica "Receitas com proveito diferido".

5) Participações financeiras

As participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição.

6) Imobilizações corpóreas e incorpóreas

O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada com base no método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada dos activos, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	25
Mobiliário e material	12
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	20
Equipamento de segurança	5
Outro equipamento	6

As imobilizações incorpóreas correspondem a despesas em edifícios arrendados, software e despesas de estabelecimento. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes num período de três anos, com excepção das despesas em edifícios arrendados, as quais são amortizadas num período de dez anos.

#### 7) Responsabilidades com pensões

Não existem quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma para com os empregados do Banco.

#### 8) Operações de venda com acordo de recompra

As operações de venda com acordo de recompra de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas através da redução do valor da carteira de títulos do Banco pelo montante correspondente ao valor nominal dos títulos cedidos. Os títulos são incluídos novamente na carteira na sequência da sua recompra. A mensualização de juros é efectuada pelo valor líquido entre as taxas de remuneração paga e recebida.

## ANEXOS

Comparação da actividade do Banco Interatlântico, S.A.  
entre 2002 e o ano 2003.

**BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO**

	Dez-02	Dez-03	Dez-03/ Dez02 %	Dez02 Valor
<b>ACTIVO</b>	<b>4.513.547</b>	<b>4.784.145</b>	<b>6,00%</b>	<b>270.597</b>
Caixa e Disponibilidades em Bancos Central	1.013.795	810.329	-20,07%	-203.466
Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito	188.382	220.568	17,09%	32.186
Aplicações em Instituições de Crédito	359.870	298.641	-17,01%	-61.229
Crédito Líquido sobre Clientes	1.391.804	1.706.378	22,60%	314.574
Carteira de Títulos	980.330	1.059.690	8,10%	79.360
Participações	310.003	310.003	0,00%	0
Imobilizado Incorpóreo Líquido	92.782	83.780	-9,70%	-9.002
Imobilizado Corpóreo Líquido	97.400	93.526	-3,98%	-3.874
Imobilizado em curso	14.922	57.278	0,00%	42.356
Outros Activos	36.642	92.333	151,99%	55.691
Contas internas e de regularização	27.617	51.618	86,91%	24.001
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>4.513.547</b>	<b>4.784.145</b>	<b>6,00%</b>	<b>270.597</b>
Recursos de Instituições de Crédito	0	42.600	100%	42.600
Depósitos de Clientes	3.685.519	3.916.284	6,26%	230.765
Outros recursos de Clientes	12.477	1.451	-88,37%	-11.026
Outros Passivos	11.817	8.965	-24,13%	-2.852
Contas de regularização	91.230	71.443	-21,69%	-19.787
Provisões para Riscos e Encargos	22.631	28.635	26,53%	6.004
Fundo para Riscos Bancários	35421	27169	-23,30%	-8.252
Capital Social	600.000	600.000	0,00%	0
Reservas	8.160	24.997	206,33%	16.837
Resultado Líquido do Exercício	46.292	62.600	35,23%	16.308

GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

• Portugal • Alemanha • Espanha • França • Luxemburgo • Reino Unido • Suíça • Bélgica • Brasil • Estados Unidos • México • Venezuela • África do Sul • Cabo Verde • Moçambique • S. Tomé e Príncipe • República Popular da China – Hong Kong - Macau • União Indiana • Ilhas Cayman • Timor Lorosae

## Demonstração de Resultados a 31 de Dezembro

Mil cve

	Dez 2002	Dez 2003	%
Juros e Proveitos Equiparados	247.968	309.558	24,8%
Juros e Custos Equiparados	83.080	93.418	12,4%
<b>Margem Financeira</b>	<b>164.888</b>	<b>216.140</b>	<b>31,08%</b>
Comissões Líquidas	80.737	69.249	-14,2%
Resultados de Operações Financeiras	1.438	5.295	268,2%
Outros Proveitos de exploração	19.638	29.054	47,9%
Rend. De Títulos de Rend. Var.	8.912	12.693	42,4%
<b>Margem Complementar</b>	<b>110.725</b>	<b>116.291</b>	<b>5,0%</b>
<b>Produto Bancário</b>	<b>275.613</b>	<b>332.431</b>	<b>20,6%</b>
<b>Gastos de Funcionamento</b>			
Custos com Pessoal	71.268	78.034	9,5%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	82.248	91.193	10,9%
Outros custos	249	127	-49,0%
	<b>153.765</b>	<b>169.354</b>	<b>10,1%</b>
<b>Cash-Flow de Exploração</b>	<b>121.848</b>	<b>163.077</b>	<b>33,8%</b>
Amortizações do Exercício	45.166	36.951	-18,2%
Provisões para crédito vencido e outros riscos	54.375	47.781	-12,1%
<b>Resultado de Exploração</b>	<b>59.300</b>	<b>78.345</b>	<b>32,1%</b>
<b>Resultados Extra-Exploração</b>			
Resultados Extraordinários	49.686	11.857	-76,1%
	<b>12.693</b>	<b>11.857</b>	<b>-6,6%</b>
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>71.993</b>	<b>90.202</b>	<b>25,3%</b>
Imposto sobre lucros	25.702	27.602	-7,4%
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>46.292</b>	<b>62.600</b>	<b>35,2%</b>
<b>Cash-Flow Total</b>	<b>171.535</b>	<b>174.934</b>	<b>2,0%</b>

GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

• Portugal • Alemanha • Espanha • França • Luxemburgo • Reino Unido • Suíça • Bélgica • Brasil • Estados Unidos • México • Venezuela • África do Sul • Cabo Verde • Moçambique • S. Tomé e Príncipe • República Popular da China - Hong Kong - Macau • União Indiana • Ilhas Cayman • Timor Lorosae

## Notas às Demonstrações Financeiras

1.

	Mil CVE		
	Dez 2002	Dez 2003	%
<b>Caixa e Disponibilidades</b>	<b>1.202.177</b>	<b>1.030.896</b>	<b>-4,95%</b>
<b>Caixa</b>	<b>170.737</b>	<b>127.410</b>	<b>-25,38%</b>
Em moeda nacional	87.495	77.462	-11,47%
Em divisas	83.242	49.948	-40,00%
<b>Disponibilidades sobre IC's no País</b>	<b>845.104</b>	<b>691.343</b>	<b>-18,19%</b>
<b>Disponibilidades sobre IC's no estrangeiro</b>	<b>186.336</b>	<b>212.133</b>	<b>13,84%</b>

2.

	Mil CVE		
	Dez-02	Dez-03	%
<b>Aplicações em IC's</b>	<b>359.870</b>	<b>298.642</b>	<b>-17,01%</b>
No País	0	0	0,00%
Depósitos à Vista	0	0	0,00%
Depósitos a Prazo	0	0	0,00%
No Estrangeiro	<b>359.870</b>	<b>298.642</b>	<b>-17,01%</b>
Depósitos à Vista	0	0	0,00%
Depósitos a Prazo	<b>359.870</b>	<b>298.642</b>	<b>-17,01%</b>

3.

	Mil CVE		
	Dez-02	Dez-03	%
<b>Crédito Sobre Clientes (Bruto)</b>	<b>1.459.300</b>	<b>1.813.429</b>	<b>24,27%</b>
Crédito em situação normal	<b>1.402.897</b>	<b>1.724.968</b>	<b>22,96%</b>
De curto prazo	98.139	65.596	-33,16%
De médio e longo prazo	1.304.758	1.659.372	27,18%
Crédito e Juros Vencidos	<b>56.404</b>	<b>88.461</b>	<b>56,84%</b>
Capital	54.986	86.087	56,56%
Juros	0	0	0
Juros vencidos a regularizar	1.418	2.374	67,42%
Provisões para cob. Duv. e crédito vencido	<b>67.496</b>	<b>107.051</b>	<b>58,60%</b>
Para crédito interno de cobrança duvidosa	39.078	45.031	15,23%
Para crédito interno vencido	28.418	62.020	118,24%
<b>Crédito Sobre Clientes (Liquido)</b>	<b>1.391.804</b>	<b>1.706.378</b>	<b>22,60%</b>

4.

Mil CVE

	Dez-02	Dez-03	%
<b>Carteira de Títulos (Líquidas)</b>	<b>980.330</b>	<b>1.059.690</b>	<b>8,10%</b>
Carteira de Títulos (Bruta)	980.330	1.059.690	8,10%
De rendimento fixo	980.330	1.059.690	8,10%
De rendimento Variável	0	0	0
			0
<b>Provisões para depreciação de títulos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

5.

Mil CVE

	Dez-02	Dez-03	%
<b>Imobilizações Líquidas</b>	<b>515.107</b>	<b>544.587</b>	<b>5,72%</b>
<b>Imobilizações Financeiras</b>	<b>310.003</b>	<b>310.003</b>	<b>0,00%</b>
Participações	310.003	310.003	0,00%
<b>Imobilizado Incorpóreo Líquido</b>	<b>92.782</b>	<b>83.780</b>	<b>-9,70%</b>
Imobilizado Incorpóreo Bruto	177.518	188.921	6,42%
Despesas de Estabelecimento+Plurianais	7.798	14.979	92,09%
Sistemas de Software	44.370	48.592	9,52%
Outras Despesas em Edifícios Arrendados	125.350	125.351	0,00%
Amortizações de Imobilizado Incorpóreo	84.736	105.142	24,08%
<b>Imobilizado Corpóreo Líquido</b>	<b>97.400</b>	<b>93.526</b>	<b>-3,98%</b>
Imobilizado Corpóreo Bruto	202.971	209.685	3,31%
Imóveis de Serviço Próprio	68.519	68.519	0,00%
Mobiliário e Material	15.345	15.345	0,00%
Máquinas e ferramentas	7.421	7.443	0,30%
Equipamento informático	75.328	78.001	3,55%
Instalações interiores	4.320	6.107	41,37%
Material de Transporte	17.460	19.660	12,60%
Equipamento de segurança	8.278	5.852	-29,31%
Outro equipamento	6.300	8.758	39,02%
Amortizações de imobilizado corpóreo	105.571	116.159	10,03%
<b>Imobilizações em curso</b>	<b>14.922</b>	<b>57.278</b>	<b>283,85%</b>

6.

	Mil CVE		
	Dez-02	Dez-03	%
<b>Recursos de IC's</b>	<b>0</b>	<b>42.600</b>	<b>100,00%</b>
<b>Do país</b>			
Depósitos à ordem de outras IC	0,00	0,00	0,00%
<b>Do estrangeiro</b>			
Depósitos a prazo de outras IC	0,00	42.600,00	100,00%

7.

	Mil CVE		
	Dez-02	Dez-03	%
<b>Débitos para com Clientes</b>	<b>3.697.996</b>	<b>3.917.735</b>	<b>5,94%</b>
<b>Depósitos de Clientes (1)+(2)+(3)</b>	<b>3.685.520</b>	<b>3.916.284</b>	<b>6,26%</b>
<b>À ordem (1)</b>	<b>2.386.787</b>	<b>2.312.466</b>	<b>-3,11%</b>
Residentes	1.900.327	1.928.767	1,50%
não residentes	352.087	235.995	-32,97%
Emigrantes	134.373	147.704	9,92%
<b>À Prazo (2)</b>	<b>1.288.266</b>	<b>1.602.719</b>	<b>24,41%</b>
Residentes	770.115	843.204	9,49%
emigrantes com pré-avis	439.588	673.985	53,32%
não residentes	78.563	85.530	8,87%
<b>Poupança (3)</b>	<b>10.467</b>	<b>1.099</b>	<b>-89,50%</b>
Emigrantes	10.467	1.099	-89,50%
<b>Outros Recurso</b>	<b>12.477</b>	<b>1.451</b>	<b>-88,37%</b>
cheques e ordens a pagar	12.477	1.451	-88,37%

8.

	Mil CVE		
	Dez-02	Dez-03	%
<b>Outros passivos</b>	<b>11.818</b>	<b>8.965</b>	<b>-24,41%</b>
<b>Fornecedores</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Credores – Residentes	0	0	0
Credores - Não residentes	0	0	0
<b>Credores diversos</b>	<b>4.742</b>	<b>2.444</b>	<b>-48,46%</b>
<b>Outras exigibilidades</b>	<b>7.076</b>	<b>6.521</b>	<b>-7,84%</b>

9.

	Mil CVE		
	Dez-02	Dez-03	%
<b>Provisões diversas</b>	<b>58.052</b>	<b>55.804</b>	<b>-3,87%</b>
Provisões para pensões e encargos	0	0	0
Provisões p/riscos gerais de crédito	22.631	28.635	26,53%
Para riscos de flutuação	0	0	0
Provisões p/riscos bancários gerais	35.421	27.169	-23,30%

10.

	Mil CVE		
	Dez-02	Dez-03	%
<b>Capitais Próprios</b>	<b>654.452</b>	<b>687.597</b>	<b>5,06%</b>
Capital Social	600.000	600.000	0,00%
Reservas	5.010	9.639	92,40%
Resultados transitados	3.150	15.358	387,56%
Resultado Líquido	<b>46.292</b>	<b>62.600</b>	<b>35,23%</b>
Resultado antes de imposto	71.993	90.202	25,29%
Dotação p/imposto	25.701	27.602	7,40%

11.

	Mil CVE		
	Dez-02	Dez-03	%
<b>Juros e Proveitos Equiparado</b>	<b>247.968</b>	<b>309.558</b>	<b>24,84%</b>
<b>Juros crédito concedido</b>	<b>145.137</b>	<b>209.815</b>	<b>44,56%</b>
Descontos	2.792	2.341	-16,15%
Créditos em conta corrente	12.458	21.157	69,83%
Descobertos	7.240	5.431	-24,99%
Outros créditos	639	3644	470,27%
Empréstimos	117.974	169.085	43,32%
Créditos em conta corrente	601	2824	369,88%
De crédito interno vencido	3.433	5.333	55,35%
<b>Juros de Aplicações em IC's</b>	<b>21.173</b>	<b>7.623</b>	<b>-64,00%</b>
Juros de aplicações em IC's no país	7.255	1.093	-84,93%
Juros de aplicações em IC's no estrangeiro	13.918	6.530	-53,08%
<b>Rendimentos de Títulos</b>	<b>81.658</b>	<b>92.120</b>	<b>12,81%</b>
Nacionais de rendimento fixo	81.658	92.120	12,81%

12.

	Mil CVE		
	Dez-02	Dez-03	%
<b>Juros e Custos Equiparados</b>	<b>83.080</b>	<b>93.418</b>	<b>12,44%</b>
<b>Juros de Depósitos de Clientes</b>	<b>78.411</b>	<b>92.533</b>	<b>18,01%</b>
A prazo residentes	40.369	43.168	6,93%
A prazo não residentes	3.381	2.656	-21,44%
Pré-aviso emigrantes	32.843	45.347	38,07%
Poupança Emigrantes	1.818	1.362	-25,08%
<b>Juros de Recursos de IC's</b>	<b>4.669</b>	<b>884</b>	<b>-81,07%</b>
<b>Juros de resp.representadas por títulos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
<b>Outros juros e custos equiparados</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

13.

	Mil CVE		
	Dez-02	Dez-03	%
<b>Margem Complementar</b>	<b>110.725</b>	<b>116.291</b>	<b>5,03%</b>
<b>Comissões recebidas</b>	<b>93.027</b>	<b>80.834</b>	<b>-13,11%</b>
Garantias e avales	3.240	3.694	14,01%
Créditos documentários abertos	14.923	1.852	-87,59%
Por operações cambiais	48.786	45.690	-6,35%
Por serviços bancários prestados	5.588	6.541	17,05%
Transferência de valores	93	187	101,08%
Créditos abertos	20.397	22.870	12,12%
<b>Rendimento de Títulos (Variável)</b>	<b>8.912</b>	<b>12.693</b>	<b>42,43%</b>
<b>Proveitos de Operações financeiras</b>	<b>136.187</b>	<b>7.545</b>	<b>-94,46%</b>
Em divisas	8.229	2.430	-70,47%
Notas e moedas estrangeiras	127.958	5.115	-96,00%
<b>Outros proveitos e lucros</b>	<b>23.568</b>	<b>33.360</b>	<b>41,55%</b>
Proveitos de serviços diversos	20.533	30.928	50,63%
Reembolso de despesas	1.353	838	-38,06%
Outras	1.682	1.594	-5,23%
<b>Comissões suportadas</b>	<b>12.290</b>	<b>11.585</b>	<b>-5,74%</b>
<b>Quatizações e Donativo Diversos</b>	<b>3.930</b>	<b>4.306</b>	<b>9,57%</b>
<b>Prejuízos em operações financeiras</b>	<b>134.749</b>	<b>2.250</b>	<b>-98,33%</b>
Em divisas	124.829	831	-99,33%
Notas e moedas estrangeiras	9.920	1.419	-85,70%
<b>Total de Proveitos</b>	<b>261.694</b>	<b>134.432</b>	<b>-48,63%</b>
<b>Total de Custos</b>	<b>150.969</b>	<b>18.141</b>	<b>-87,98%</b>
<b>Margem Complementar</b>	<b>110.725</b>	<b>116.291</b>	<b>5,03%</b>

14.

Mil CVE

	Dez-02	Dez-03	%
<b>Gastos de Funcionamento</b>	<b>153.764</b>	<b>169.354</b>	<b>10,14%</b>
<b>Custos com pessoal</b>	<b>71.267</b>	<b>78.034</b>	<b>9,50%</b>
Remuneração de Órgãos de Gestão e Fiscalização	17.303	18.943	9,48%
Remuneração de empregados	46.105	50.553	9,65%
Encargos sociais obrigatórios	7.327	7.908	7,93%
Outros custos com pessoal	532	630	18,42%
<b>Fornecimentos e Serviços de Terceiros</b>	<b>82.248</b>	<b>91.193</b>	<b>10,88%</b>
<b>Impostos</b>	<b>248</b>	<b>127</b>	<b>-48,79%</b>

15.

Mil CVE

	Dez-02	Dez-03	%
<b>Amortizações e Provisões</b>	<b>315.855</b>	<b>384.156</b>	<b>21,62%</b>
<b>Amortizações do exercício</b>	<b>190.307</b>	<b>221.301</b>	<b>16,28%</b>
De imobilizações incorpóreas	84.736	105.142	24,08%
De imobilizações corpóreas	105.571	116.159	10,03%
De imóveis de serviço	12.878	15.618	21,27%
De equipamento	92.693	100.541	8,46%
<b>Provisões do exercício</b>	<b>125.548</b>	<b>162.855</b>	<b>29,71%</b>
Para crédito vencido	67.496	107.051	58,60%
Para riscos gerais de crédito	22.631	28.635	26,53%
Para riscos bancários gerais	35.421	27.169	-23,30%

16.

Mil CVE

	Dez-02	Dez-03	%
<b>Resultados extraordinários</b>	<b>49.686</b>	<b>11.857</b>	<b>-76,14%</b>
<b>Ganhos extraordinários</b>	<b>63.002</b>	<b>16.757</b>	<b>-73,40%</b>
recuperação de juros e despesas	1.816	7.746	326,54%
Mais Valia Reav. valores Imobilizados	0	934	100,00%
outros ganhos de exercícios anteriores	61.186	8.077	-86,80%
<b>Custos extraordinários</b>	<b>13.316</b>	<b>4.900</b>	<b>-63,20%</b>
multas e penalidades legais	70	0	-100,00%
Menos Valia Reav. valores Imobilizados	0	195	100,00%
perdas de exercícios anteriores	12.136	4.670	-61,52%
outras perdas extraordinárias	1.110	35	-96,85%

17.

	Mil CVE		
	Dez-02	Dez-03	%
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>71.993</b>	<b>90.202</b>	<b>25,29%</b>
Margem Financeira	164.888	216.140	31,08%
Margem Complementar	110.725	116.291	5,03%
Produto Bancário	275.613	332.431	20,62%
Gastos de Funcionamento	153.764	169.354	10,14%
Cash-Flow de Exploração	121.849	163.077	33,84%
Amortizações e Provisões	99.541	84.732	-14,88%
Resultado de Exploração	22.307	78.345	251,21%
Resultados Extraordinários	49.686	11.857	-76,14%

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração do  
Banco Interatlântico, S.A.R.L.

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Interatlântico, S.A.R.L. (Banco), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003, a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração de origem e aplicação de fundos do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais exigem que seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relvantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Interatlântico, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário.

Lisboa, 18 de Março de 2004

Audit.Tax.Consulting.Corporate Finance.

A member firm of  
Deloitte Touche Tohmatsu

- 1.7 Contou com a disponibilidade e o apoio de todos os membros da Comissão Executiva para o desempenho da sua acção fiscalizadora.

## 2. Parecer

2.1 Os critérios de gestão aplicados pela Administração e pela Comissão Executiva, determinaram que ao encerrar o exercício de 2003, o Banco tenha de novo apresentado resultado Líquido Positivo.

2.2 Em conclusão e face ao que procede somos de PARECER:

- a) que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço a Demonstração dos Resultados e os seus anexos, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003;
- b) que aos resultados do exercício seja dada a aplicação proposta pelo Conselho de Administração;
- c) que seja aprovado um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma como foi conduzida a gestão dos negócios do Banco, tornando extensivo esse voto de louvor a todos os que pelo seu zelo e dedicação contribuíram para os resultados alcançados.

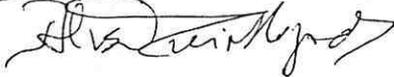
Praia, 24 de Março de 2004

O Conselho Fiscal

Presidente:



Vogal:



Vogal:



**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

À  
Assembleia Geral Ordinária do  
BANCO INTERATLÂNTICO, SA

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis e do mandato que nos foi conferido pelos Srs. Accionistas, compete-nos elaborar e submeter à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa acção fiscalizadora e o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

**1. Relatório**

- 1.1 O Conselho Fiscal, no desempenho das suas funções, acompanhou durante o ano de 2003, a gestão e actividade do Banco, para o que:
- 1.2 Analisou os documentos técnico-contabilísticos e estatísticos elaborados no âmbito do sistema de informação de gestão existente no Banco;
- 1.3 Tomou conhecimento da alteração verificada na composição do Conselho de Administração ocorrida em Novembro último, com a saída do até então Presidente da Comissão Executiva, Sr.Dr. António Miguel d'Ornelas Afonso e a entrada do Sr.Dr. Júlio Paulo Magalhães Lopes para a mesma função;
- 1.4 Tomou conhecimento sobre uma proposta de Plano Estratégico elaborado pelo CA do BI, para o triénio 2004-2006, que deverá ser objecto de apreciação por parte dos Senhores accionistas na presente reunião da Assembleia Geral do Banco;
- 1.5 Tomou conhecimento de decisões de gestão, através de contactos com elementos do Conselho de Administração;
- 1.6 Tomou conhecimento de que durante o exercício de 2003 as contas do Banco foram auditadas pela empresa Deloitte & Touche ;

